

Dimensões do fracasso da Economia Solidária e a filosofia do artífice em Richard Sennett: notas para um repensar a cooperação, a solidariedade e o trabalho.

Edson Marques Oliveira

Pós-doutorado, CES – Universidade de Coimbra e Pós-doutorando UFPR/ADM. Doutor em Serviço Social pela UNESP, Franca-SP, Brasil, Professor Associado da Unioeste, Campus Toledo-Paraná, Brasil, Apoio CAPES, Foudation, Ministry of Education of Brazil/DF 70040-120, Brasil processo número 9449/13-2

Resumo

O presente artigo apresenta parte da produção da investigação de pós-doutoramento no CES na Universidade de Coimbra em 2014, sobre as dimensões do fracasso das organizações da economia solidária. Considera-se fracasso não um momento dialético de síntese, ou fim, mas ao contrário, um momento dialógico, de aprendizado com os erros. Entre as várias dimensões do fracasso dos EES, destaca-se a contradição em querer imprimir um estilo de gestão alternativo, a autogestão, que se contraponha a gestão convencional utilizada no capitalismo, a saber a heterogestão. Sendo que, os Empreendimentos de Economia Solidária mesmo e pretensamente sendo autogestários, tem que enfrentar a relação de um mercado competitivo. O que afeta outras dimensões, entre elas, o processo de uma cooperação fraca e uma solidariedade fingida, pois os participantes, via de regra, tem um imaginário social, diferente dos limitantes e gestores da economia solidária. A partir do conceito do trabalho do artífice em Sennett, e da reflexão sobre, cooperação e solidariedade, ensejamos um repensar a gestão dos EES na perspectiva da filosofia do artífice, de modo a apresentar uma proposta mais coerente e condizente ao enfrentamento real das demandas do século XXI no campo da geração de alternativas de trabalho e renda.

Introdução

Ao falar e pensar sobre Economia Solidária, é preciso deixar claro que isso significa pensar um universo de ações e organizações que sejam de produção e comercialização, como cooperativas e associações, redes de trocas, moedas sociais, entre outras modalidades. No presente texto, como procuramos destacar no título, o foco será não na Economia Solidária em sua totalidade, mas junto aos Empreendimentos de Economia Solidária (EES), pois acreditamos que as demais expressões dependem dessas organizações que são além de tudo, os espaços de vivência e experiências concretas do pensar e fazer dessa nova economia.

Nesse sentido, não pretendemos aprofundar aspectos conceituais, outros trabalhos já tem feito esse esforço e com bastante competência (Pinheiro, 2013), mas ressaltamos a compreensão de que existe uma polissemia de entendimentos. Destacando o entendimento que é possível identificar pelo menos três linhas majoritárias: i) uma primeira que

compreende a Economia Solidária como projeto de superação do capitalismo, e se mostra como uma forma de materialização das teses utópicas do socialismo, ii) uma segunda que vê como uma modalidade que pode de forma plural conviver com o sistema capitalismo sem necessária superá-lo ou substituí-lo, mas dar ênfase as dimensões como justiça, solidariedade, cooperação, humanização no trabalho, iii) e uma terceira que considera o papel complementar da economia assim como o papel das organizações do terceiro setor, em relação ao papel do Estado e participação da sociedade civil organizada para minimização das desigualdades e injustiças sociais e econômicas.

Na literatura corrente e atual, (França Filho, 2002; França Filho, 2002b, Gaiger, 2003) existe toda uma preocupação em dar um *status* diferenciado para as pesquisas na economia solidária, bem como, e principalmente, quanto à gestão dos EES, que devem ter um olhar específico dado à peculiaridade da visão de Economia Solidária, principalmente quanto às visões i e ii cima apresentadas sumariamente. Nessa perspectiva, o principal conceito base e referencia e diferenciador é a autogestão que se opõe a heterogestão, ou gestão convencional.

A partir desse quadro, e principalmente da experiência concreta numa incubadora de EES, temos constatado nos últimos 10 anos, uma serie de limitações, mas também de potencialidades desse tipo de empreendimento. Conta também nessa experiência, do autor ter participado como militante no movimento de Economia Solidária no Paraná entre 2010 a 2013, tanto nos Fóruns Regionais, Estaduais como participando de comissão de trabalho no Projeto CEFES Sul – I. No tocante a incubadora, duas cooperativas de mulheres foram constituídas, sendo que uma veio a encerrar as suas atividades em 2012 e uma está em andamento no processo de incubação.

O estudo das causas do fracasso da primeira cooperativa citada, gerou uma primeira aproximação no estudo sobre o fracasso dos EES (Oliveira, 2012) e inspirou o pós-doutoramento, no CES/Universidade de Coimbra e na UFPR no curso de Administração. Nesses estudos estou formulando um entendimento sobre fracasso e investigando a partir dessas dimensões os elementos que podem ser superados. E a partir dos estudos de Sennett, tanto na obra o Artífice (Sennett, 2009) e Juntos (Sennett, 2012) , tenho encontrado uma arcabouço teórico filosófico interessante para o tema em tela. Principalmente o entendimento quanto ao conceito de cooperação e solidariedade.

É nesse sentido que o presente trabalho, foca as demissões do fracasso como possibilidade de correção e acerto futuro, e não como derrota e fim em si mesmo, e isso a partir da gestão dos EES, dando centralidade na questão entre o real e o ideal da proposta da gestão dos EES e possíveis redefinições e reflexões sobre cooperação, solidariedade e gestão do trabalho coletivo e de seus respectivos empreendimentos na perspectiva de uma possível superação do fracasso, seja ele objetivo (falência do empreendimento e encerramento de suas atividades) ou subjetivo (está ativo mas em dissonância com os ideias teóricos e ideológicos predominantes).

Para tanto, pretendemos destacar: i) a compreensão do sentido da reflexão através do fracasso, ii) destacar os resultados da pesquisa de pós-doutoramento sobre as dimensões do

fracasso dos EES, iii) apresentar os principais componentes da proposta de Sennett em relação a filosofia do artífice o que ajuda a repensar a cooperação, solidariedade e o trabalho coletivo, e finalizo com algumas considerações finais sobre o tema.

Por que pensar a partir do fracasso e não do sucesso?

Uma questão interessante é perceber que o ditado popular, “o sucesso tem muitos pais, mas o fracasso é órfão” é muito real. Pois quando iniciamos a pesquisa sobre as dimensões do fracasso (Oliveira, 2012) muitos pesquisadores achavam estranho essa abordagem, alguns até reagiram de forma hostil afirmando que “a economia solidária não está fracassando”, ou ainda, “mude de tema, ninguém gosta de admitir que esteja fracassando”.

Essas expressões cotidianas mostram que analisar o sucesso pode muitas vezes camuflar o que de fato está ocorrendo, e sabotar as correções. Afinal só erra ou fracassa quem faz. Já o fracasso é transparente, se apresenta sem máscara, é o que é. Por isso, que muitas vezes é preferível falar do sucesso e não do fracasso, típica característica da atual corrosão do caráter provado pelos impactos das mudanças no mundo do trabalho (Sennett, 1999).

Nesse sentido, fracasso pode ser entendido de duas formas. Primeiro como derrota, acabou, não tem mais jeito. O que na obra de Sennett, Juntos (Sennett, 2012) é entendido como processo dialético. Segundo, como fato, que só é possível ocorrer para quem faz e procura acertar, ou seja, fracassar faz parte da natureza humana, e pode sim ser mais criativa e instrutiva do que o sucesso, por três motivos básicos: i) fracasso alivia a tensão de precisar mostrar que está dando certo mesmo quando não está, ii) quando não há necessidade de criar uma máscara do sucesso, e se aceita que sim, houve falhas, o olhar a atenção ficam mais abertos, atentos e objetivos quanto ao que de fato deu errado, iii) com isso, os erros, as falhas se apresentam com maior clareza e riqueza.

Sennett (2012) denomina esse processo com dialógico, reforça que essa postura requer o desenvolvimento de certas habilidades, a mais importante é saber escutar, o que depende de outra habilidade, observar, “[...] as pessoas que não observam não podem conversar” (Sennett, 2012, p. 26). Por isso, analisar só pela via do “sucesso” pode camuflar certas realidades e verdades. Pois, o escutar e observar, levam a ter uma cooperação mais dialógica, fazendo com que:

“O cerne da capacidade de escuta, contudo, está na escolha de detalhes concretos, específicos, para levar a conversa adiante. Os maus ouvintes recuam para as generalizações em suas reações, não estão atentas àquelas pequenas frases, gestos físicos ou silêncios que abrem uma discussão.” (Sennett, 2012, p. 33)

De outra forma, acreditamos que é melhor aprender com os erros que cometemos, pois como diz outro dito popular, “melhor ainda é aprender com o erro dos outros”, nesse sentido, se olharmos, entendermos, percebermos e escutarmos, o que causou o fracasso de outros EES, a possibilidade de não cometer os mesmos erros pode ser grande. Assim esperamos contribuir com o presente texto.

Dimensões do fracasso dos EES, entre o real e o ideal.

Ao estudar as dimensões do fracasso dos ESS, constatamos que o fracasso pode ser de dois tipos. O primeiro seria o **fracasso objetivo**, e o segundo **fracasso subjetivo**. O primeiro é visível e material e concreto, e é causado, em grande parte por problemas de gestão, seja organizacional, financeiro, político, mas principalmente financeiro e humano (Moura e Meire, 2002).

O segundo, não é tangível, e tem um componente emocional forte, que muitas vezes, não permite perceber o fracasso em si, não há aceitação e admissão do mesmo, principalmente quando está relacionado a questões políticas e ideológicas, visto que tanto na produção, como no movimento da Economia Solidária no Brasil, a predominância é de ver a mesma como um projeto, um movimento social revolucionário (Santana Júnior, 2007, Singer, 2002, Tauile, 2002, Arruda, 2000).

Numa primeira sistematização e cruzamento dos estudos de meta-análise bibliográfica sistematizada sobre gestão e as dimensões possíveis do fracasso dos EES (Oliveira, 2014), analisamos uma amostra de mais de 107 artigos, sendo que 42% são de fontes de artigos de periódicos, 31% artigos de eventos científicos, 13% de teses de doutoramento, 10% de dissertações de mestrado, 2% de Trabalhos de Conclusão de curso.

E a partir das dimensões, sugeridas pelos especialistas (Andion, 1998, Moura e Meira, 2002, França e Filho, 2004, França e Filho, 2002b, França e Filho, 2007, Pinheiro, 2014) para uma análise específica de gestão dos EES, que seriam as seguintes dimensões: social, econômico, político e técnico. A partir dessa diretriz, elaboramos uma planilha com oito indicadores e três variáveis de medição de identificação desses indicadores nos referidos artigos, sendo que essas variáveis foram: 0= quando não apresenta nenhum indicador, 1 = quando apresenta pelo menos um indicador, e 2 = quando apresenta todos os indicadores. Os resultados dessa primeira etapa, pode ser observado no quadro 01.

Quadro 01: Indicadores de gestão dos EES

Indicadores	0	1	2
Social 1: Apresenta dados e informações que sinalizem os impactos e resultados de satisfação dos participantes	64	33	1
Social 2: Apresenta e indicado alterações que motivam as pessoas	66	31	1
Economico 3: Mostram e identificam elementos de valorização do trabalho.	69	27	2
Economico 4: Mostram e edificam elementos de valoriza humana acima da relação econômica/capital.	72	26	0

Político 5: Mostra elementos que identifiquem os elementos de participação.	66	30	2
Político 6: . Apresenta elementos que identifiquem o equilíbrio nas decisões	62	33	2
Técnico 7: Mostra elementos de medição e resultados precisos da produção e organização do trabalho, diferente do convencional.	67	30	3
Técnico 8: Apresenta elementos de estruturais diferentes das organizações convencionais.	70	25	2

Fonte: Elaborador pelo autor durante pesquisa pós-doutorado em 2014, no CES

Universidade de Coimbra. (legenda: 0 = nenhum, 1 = parcial, 2= total

Como se pode observar, alguns dados são reveladores, principalmente quanto ao segundo tipo de fracasso, o subjetivo. Pois, nos principais indicadores que são a essência da Economia Solidária, apresentam índices elevados na variável 0 = nenhuma pontuação, ou seja, indicadores 4 com 72%, 5 com 66% e 8 com 70%, e baixo na variável 2 = total.

Essas evidências apontam para uma baixa constatação dos elementos que são vitais a manutenção dos EES dentro dos conceitos estabelecidos pelos autores que vem construindo a teoria da Economia Solidária. Com isso nota-se a distância entre o que se diz (idealiza) e o que se faz (realidade).

E mais importante, essa metodologia da sistematização e da meta análise, correlacionado aos estudos de caso, corroboram efetivamente com os dados empíricos. Essas evidências mostram também que existe uma relação direta desses resultados com dois elementos fundamentais, que estão relacionadas ao imaginário social, dos militantes como dos trabalhadores. Por imaginário social, entendemos como Taylor (2004, p. 31), como:

“[...] algo de muito mais vasto e profundo do que os esquemas intelectuais que as pessoas podem acoitar, quando pensam, de forma desinteressada, acerca da realidade social. Estou a pensar sobretudo nos modos como imaginam a sua existência social, como se acomodam umas às outras, como as coisas se passam entre elas e SOS seu congêneres, as expectativas que normalmente se enfrentam, as noções e as imagens normativas mais profundas que subjazem a tais expectativas.”

O primeiro grupo, os militantes, absorve as ideias ditas revolucionárias e procura disseminar junto a população participante, já o segundo grupo, dos trabalhadores, por sua vez, sofrem a influência não só dessa relação, tanto imposta pelos militantes inseridos no governo que agem através das ações de política, como dos militantes que atuam nas organizações de apoio e nos fóruns.

No quadro abaixo ilustramos nesse sentido, o que temos percebido, empiricamente, com nos estudos em que se foca a questão do fracasso, tanto objetivo (fechamento do empreendimento) como fracasso subjetivo (quando os ideias não são vividos na prática).

Defendendo assim, que uma das possibilidades de dimensões do fracasso seja a diferença desse imaginário social.

Quadro 02: Imaginário social, militantes e trabalhadores.

Militantes	Trabalhadores
Possibilidade de combate ao capitalismo	Possibilidade de trabalho e renda
Estratégia revolucionária	Estratégia de sobrevivência
Projeto ideológico	Projeto de sobrevivência

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados pesquisados CES 2014

Os dados do quadro 01, e 02, mostram que existe na atualidade uma distância entre o que se propõe e idealiza em relação a performance real dos EES, no cotidiano, mesmo e principalmente considerando os parâmetros específicos, como a questão da autogestão, pois muitos elementos são apontados como limitadores da atuação dos EES, a começar pela dinâmica de mercado, que inevitavelmente deve ser enfrentado pelos EES. Pois, mesmo que se pense de forma diferenciada, esses EES estarão sempre inseridos em um contexto em que a dinâmica da competição, e se deparando com aspectos do individualismo e da sobrevivência, aliada a cultura e impactos da massificação do consumo. Estratégia essa usada até por governos ditos progressistas.

Uma das dimensões mais complexas, e por que não dizer paradoxal, é a constatação de que, ao mesmo tempo em que cresce o número dos EES, os mesmos estão eivados com a predominância de uma cultura da individualidade, da necessidade de sobrevivência imediata, e do desejo de acomodação (tranquilidade, segurança, garantias, conforto) e falta de profissionalismo principalmente quanto ao processo de gestão, e de EES em que os resultados são variáveis, insuficientes, e requerem maior compromisso e comprometimento, levando muitos trabalhadores a buscarem outras alternativas, e formas de sustento.

Como mostra estudos como de Moura e Meire (2002) em que se constata como maior desafio da gestão dos EES, “ [...] um primeiro desafio da gestão dos empreendimentos solidários; o aprendizado da gestão coletiva e a quebra do distanciamento entre produção e gestão.”

Em outros termos, a essência da proposta da Economia Solidária, que seria a autogestão, marcada pela cooperação espontânea, comprometida, descentralizada, democrática sem hierarquia, participativa e uma solidariedade efetiva, materializada no compromisso, na reciprocidade, não está ocorrendo, e encontra enormes problemas, culturais, técnicos e comportamentais.

Os problemas Culturais são amplos, e não caberia aqui aprofundá-los, mas pelo menos, sinalizar, como são colocados por vários autores, como Sennett (2006), em relação a nova cultura do capitalismo, onde se observa um processo de fragmentação dos poderes políticos governamentais bem como da própria vida das pessoas, onde valores e prioridades são afetadas, principalmente, pela alteração da noção de tempo, dos rompimentos dos laços sociais, onde o viver está centrado no imediato, sem vislumbrar e pensar num futuro distante, cada um voltado para si, sem uma visão de bem-comum.

Ou ainda com restam os autores, Lipovetsky e Serroy (2008) que tratam da ideia de que vivemos um momento denominado de “cultura mundo”, onde os processos de globalização e mundialização assumem impactos viscerais em nossos dias. Entre eles destaca-se o processo de desorientação generalizada:

“De forma mais generalizada ainda, o dinheiro-todo poderoso, o consumismo desenfreado e o universo superficial do entretenimento surgem como forças que arruinam os mais elevados valores morais: individualismo que se transforma em egoísmo cúbido, refúgio em si mesmo que anuncia o fim da solidariedade e da fraternidade, violência que se manifesta, tanto nas explorações do terrorismo, como na banalização da delinquência e da criminalidade, democracia sem paixão pela cidadania, mercado que tudo governa, direitos humanos desrespeitados.” (p. 29)

Isso em grande escala e medida, também e principalmente, atinge os vários atores da Economia Solidária. Por um lado os limitantes, muitos vindos de uma caminhada seria e bem intencionados, com base nos princípios revolucionários, viram a partir de 2002, no primeiro governo do Presidente Lula, a possibilidade de efetivação de um projeto revolucionário, o que se intensificou com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária e o apoio e incentivo financeiro para capacitação e desenvolvimento de ações de âmbito nacional.

Reforçando essa constatação, que apesar de todo esforço militante e governamental, enfrenta na prática uma série de problemas quanto a implantação dessa lógica, como mostra estudos como de Onuma, Mafrá e Morena (2012, p. 78) que ao investigar a questão da autogestão, a partir da visão de quem historicamente tem disseminado essa ideia, ou seja, representantes da UNITRABALHO, ANTAG e UNISOL, existem grandes barreiras, ou seja:

“As diferentes percepções dos especialistas acerca dos desafios à prática da autogestão mostram que, mesmo para pessoas que se dedicam diariamente a fomentar a criação de novos empreendimentos solidários ou a prestar assessoria a organizações desse tipo, a autogestão ainda gera incertezas, uma vez que parece caminhar na contramão do que preconiza a teoria administrativa corrente. Essas incertezas quanto à aplicação da autogestão plena na prática se refletem em seu campo teórico, que a coloca ora como instrumento de modificação social, ora como aprimoramento do sistema vigente, nova concepção de trabalho ou, ainda, como nova forma de gestão.”

As autoras ainda ressaltam que os estudos sobre autogestão ainda não observam o quanto disciplinas como a própria administração, reforça a questão da divisão entre quem faz e

quem pensa, luta essa de grande mota para com a prática efetiva, pois vários estudos, honestos sobre autogestão, sempre apontam a dificuldade dos trabalhadores exercerem a autogestão, como preconizado idealmente, ou seja:

“Isso significa que as pessoas que têm estudado as organizações autogestionárias têm deixado de pensar nos importantes processos que os trabalhadores e trabalhadoras desses empreendimentos têm realizado no sentido da superação **de um preconceito** que a própria área da Administração ajuda a fomentar: a ideia de que **existem pessoas aptas a pensar** e decidir dentro das organizações e **outras que só são capazes de executar** metodicamente trabalhos não intelectuais.”(Onuma, Mafra e <orena, 2012, p. 79) [grifo nosso]

Mas acreditamos que a questão não é taxar essa questão como preconceito. É preciso verificar que na prática, nem todo mundo quer liderar, quer estar à frente, assim como, nem todo mundo quer ser empreendedor, quer ser dono do empreendimento. Isso muitas vezes é interpretado como acomodação indolente, ou seja, preguiça. Ou até, como reflexo da lógica e cultura capitalista de comando hierárquico. Mas acreditamos que na verdade seja uma acomodação, mas não indolente, mas acomodação, como a melhor forma e conforto de levar a vida, em outros termos, nem todo mundo quer estar a frente de tudo, nem muito menos, ser revolucionários.

Assim, como, o fato de se disseminar a autogestão, não significa que isso fará com que seja transformado o ambiente de trabalho, como mostra o estudo de Vilela, Carvalho Neto e Lopes (2008) onde se verifica que as lideranças de cooperativas, ditas solidárias, apresentam serem autoritários do que os líderes de empresas capitalistas convencionais.

“ [...] dirigentes de cooperativas [...] têm um perfil mais autoritário de atuação, talvez justificada pela forma de escolha, nesse caso, se orienta primordialmente pelas questões políticas em detrimento, ou secundarizando as meritocracias, que ocorrem com mais frequência empresas privadas.”

Isso em grande parte explica por que os quadros de lideranças em cooperativas tem dificuldade de serem renovados. A anciã de impor uma ideologia e o vácuo no espaço por parte dos outros trabalhadores que não querem assumir a liderança. Tal constatação, afeta os conceitos básicos da autogestão, tais como comprometimento com os interesses coletivos e a lealdade, o que em estudos empíricos, como de Simioni et.al (2009) mostram que na prática a questão não se materializa conforme o ideal preconizado pelos estudos teóricos, ou seja:

“[...] enquanto o **foco dos dirigentes** pretende uma modelação no comportamento do cooperado, no caso destes o foco é a modelação da cooperativa de acordo com os **interesses individuais**. Novamente é perceptível a questão do **oportunismo nas duas esferas**, dos dirigentes e dos cooperados, visto que a lealdade está condicionada à **manutenção do status quo de cada um, relegando os valores cooperativistas de igualdade, coletividade e solidariedade a um segundo plano.**” (p.759) [grifo nosso]

O que se percebe é que não há espontaneidade, de ambas as partes. Tanto de quem lidera e principalmente de quem está vinculado a algum movimento político, ideológico e até

partidário, onde deve impor ao grupo a ideia que defende, e dos trabalhadores, que por varias razões, nem sempre querem de fato assumirem qualquer postura, seja ela revolucionária, seja ela funcional, prevalecendo na realidade a manutenção a vida, do ganho particular, ou ainda de enviesar e/ou distorcer a questão de autogestão como forma absoluta de gestão solidária, como mostra o estudo de Pauli, Bender e Zanella (2013) sobre o perfil de liderança em EES, onde se contata, entre outras coisas:

“Em geral, os entrevistados consideram qualquer ordem da por um gestor como algo condenável, necessitando pedir opinião de todos para tudo [...] Em relação ao aspecto da gestão, as lideranças apresentam muitas dificuldade em associar habilidade de gestão administrativa e financeira com os princípios da autogestão.” (p. 101)]

E de outro lado, o imaginário social dos trabalhadores, que pode ser representado, não em sua totalidade, mas de uma grande maioria, pelo que expressou uma cooperada, que participou do Programa de Incubação que coordenamos, onde numa ocasião, em que ela afirmava, depois de quase dois anos de trabalho e capacitação continuada em Economia Solidária, participando de reuniões e encontros do Fórum, ela diz: “ Sabe professor, na verdade eu estou aqui, é para garantir o meu...”

Não reconhecer isso, é tampar o sol com a peneira, mas muitos estão fazendo isso, principalmente os que têm na Economia Solidária como uma possibilidade revolucionária, onde supostamente o movimento sindical e social falhou, o movimento da Economia Solidária acertaria, fazendo a revolução.

Por que repensar a cooperação, solidariedade e trabalho coletivo na Economia Solidária?

Para pensar esse tópico, podemos fazer outra inferência junto aos resultados parcialmente apresentados anteriormente, sobre as dimensões do fracasso dos EES, é da constatação de um tipo de luto ideológico. Essa ideia surgiu com a constatação acima sinalizada, com a convivência de mais de 20 anos no campo social e da leitura da obra de Slavoj Zizek, “ Viver no fim dos tempos (Zizek, 2011) onde o autor faz uma serie de análises sobre a questão do saudosismo socialista comunista do Leste europeu, e da recusa da atual sociedade em aceitar que vivemos tempos apocalípticos sob o manto do liberalismo consumista e individualista. Cita e utiliza a teoria da psicóloga suíça, Elisabeth Kübler-Ross das cinco fases do luto para tratar dessa nostalgia ideológica. Entendendo que luto, não se restringe a perda de um ente querido, mas a qualquer tipo de perda. Mas o principal comportamento que identifica processo de luto, é negar desesperadamente esse processo, seguido de outros quatro comportamentos, como ressalta Zizek (2011, p. 14):

“[...] **negação** (nos simplesmente nos recusamos a aceitar o fato: Isto não pode estar acontecendo, não comigo); **raiva** (que explode quando não podemos mais negar o fato: “ Como isto foi acontecer comigo?); **barganha** (esperança de poder adiar ou diminuir o fato: “ Deixe-me viver até meus filhos se formarem”); **depressão** (desinvestimento lobidinal: “ Vou morrer, então por que me preocupar?”); e **aceitação** (Já que não posso lutar, e melhor me preparar.”) [...]” [grifo nosso]

Segundo Zizek, que também é psicanalista, as pessoas necessariamente não vivem todas as fases e nem necessariamente nessa mesma sequência. O fato que queremos ilustrar com essa proposição, é que os dados, tanto empíricos, vivenciais e estudos teóricos sistematizados, mostram que existe sim uma dissonância quanto o que se produz teoricamente, e o que de fato tem sido desenvolvido no campo da economia solidária no Brasil.

Em outros termos, militantes/governos e intelectuais que advogam uma ideologia revolucionária, com base nas experiências do século 19, impõem a uma população que tem um imaginário social oposto, ou seja, derivado de uma cultura onde esses elementos do coletivo, da militância revolucionária, e da solidariedade de cima para baixo, e da ditadura do coletivo, e negação da individualidade, não tem mais espaço e nem aderência por parte da população em geral, e de grande parte dos trabalhadores dos EES em específico. Como temos constatado em nossas experiências. No quadro 02, apresentado no tópico anterior, apresentamos essa diferença entre os atores principais e a diferença de imaginário social. Abaixo, no quadro 3 apresentamos os desdobramentos dessa diferença e a justificativa para repensar as questões de cooperação, solidariedade e trabalho coletivo.

Quadro 03: Imaginário social dos atores da Economia Solidária e seus desdobramentos



O que de fato vigora, é a competição, o suprimento imediato de necessidades, da possibilidade do consumo e da realização pessoal/individual. Isso faz com que, muitos grupos estejam juntos, mas com finalidades individuais, cooperam para ter o que isoladamente não conseguem, mas quando conseguem se afastam como sinalizado por Sennett (2012) e que faz surgir a chamada cooperação fraca e solidariedade fingida.

Não aceitar isso, é viver a primeira fase de um processo de luto, a negação. É preciso, nesse sentido viver o luto por completo, ver as evidências do fracasso, abandonar o velho, e o que não funciona, e propor um novo modo de ver e fazer a gestão dos EES.

O que pode ajudar a viver esse luto-ideológico, é partir para a fase cinco, do processo de luto, ou seja, a aceitação, e para isso, é preciso considerar as individualidades, o jogo e processo entre cooperação e competição que existe e é inerente ao ser humano principalmente quando se propõe a fazer algo junto (Nardi e Rodrigues, 2009; Snyder e Lopes, 2009), encarar com serenidade e autocrítica honesta (Demo, 2002) os paradoxos e ambiguidades do trabalho solidário e cooperativo (Lima, 2009, Palmire e Branco, 2004; Leite, 2009), sabendo que esse processo é vivido em meio a uma gama de paradoxos de um contexto em que prevalece a competitividade e a força das relações psíquicas (Sato, 2014) que devem ser consideradas.

O que remete a considerar outras abordagens, que iluminam a compreensão do comportamento do ser humano, tal como a biologia, a neurociência, ciências cognitivas, entre outras, que ajudem a ampliar e analisar o ser humano como ser vivo, que depende de encontrar o que Rocha (2013) chama de o “equilíbrio do ciclista”, ou seja, caminhar continuamente respeitando a dinâmica da vida e a busca de seu equilíbrio necessário para um desenvolvimento justo e digno. É nessa direção que acreditamos ser oportuno a proposta da filosofia do artífice de Sennett, como fazemos a seguir.

A filosofia do artífice em Sennett como possibilidade de repensar a cooperação, a solidariedade e o trabalho associativo.

A obra de Sennett é ampla, não pretendemos aprofundá-la, mas é preciso, mesmo que brevemente, situar o conjunto de sua obra para melhor compreensão da reflexão proposta. E ainda segundo Maturana “tudo é dito por um observador”, e toda explicação científica é no fundo uma autobiografia, pois o observador, seja ele quem for, tem uma história de vida, uma trajetória, que marca sua vida e o seu viver e que limita e “contamina” o seu olhar, ou seja, “[...] somos nós, observadores, o ponto central da reflexão e o ponto de partida da reflexão.” (Maturana, 2001, p.27). Ressaltamos esse ponto, pois a história de vida de Richard Sennett está relacionada à proposta de artífice e o estilo de explicar cientificamente os fenômenos sociais de nosso tempo.

Sennett, é americano, nascido na cidade de Boston e de pais imigrantes Russos. Iniciou uma carreira como músico, tocando violoncelo, mas foi interrompido por problemas de saúde. Formado em sociologia em 1964, pela Universidade de Boston e Phd por Harvard em 1969. Vem desenvolvendo estudos e participando da coordenação de instituições e programas voltados ao campo da história, sociologia e desenvolvimento urbano, e principalmente sobre questões dos impactos da globalização no mundo do trabalho, principalmente em áreas urbanas. Fortemente influenciado pelas ideias de Hannah Arendt e Michel Foucault.

Sua mãe era assistente social, trabalhava num centro comunitário em Boston, onde Sennett conviveu com várias pessoas de estratos sociais diferentes, o que logo aguçou sua

sensibilidade pelo social, fato esse que deixa expresso em seus livros, a exemplo de Respeito (2004), onde relata o papel de sua mãe como assistente social e o trabalho no centro social para assim ilustrar a problemática do respeito em relação da formulação das políticas sociais, e o tratamento crítico em relação ao processos de exclusão e desigualdade.

A filosofia do artífice emerge de um projeto intelectual chama de “ *Projeto homo faber*” que procura refletir sobre as habilidades que precisamos na vida cotidiana. A primeira obra é o Artífice (Sennett, 2009) e a segunda Juntos (Sennett,2012) e a terceira ainda não foi lançada, tendo como centralidade de temática a “construção das cidades”, semelhante a outra obra do autor chamado de Carne e Pedra (Sennett,1999).

Quanto à proposta da filosofia do artífice, a base dessa argumentação está na primeira obra, O artífice, mas é na segunda obra, Juntos que ela é melhor explicitada, pois, o autor defende o entendimento de uma cooperação dialógica, o que está intrinsecamente relacionada a atividade desenvolvida pelo artífice expresso no trabalho artesanal. Que não é uma coisa só do passado, mas que pode ser experimentado no presente. Busca como exemplo e referência as oficinas artesanais e as *guildas* na Idade Média.

O autor entende que o trabalho artesanal, ou a arte do trabalho manual, os artesãos não separavam o ato de pensar e de agir, ao contrario, unem. Nesse sentido, o artífice centra sua ação na habilidade artesanal, ou seja, “[...] um impulso humano básico e permanente, o desejo de um trabalho benéfico por sim mesmo.” (Sennett, 2009, p. 19). Destaca desta forma que para exercer essas habilidades do trabalho prático, é necessário um conjunto de habilidades e competências específicas.

Essas habilidades e competências levam o trabalhador a buscar soluções para os problemas com os quais se depara no cotidiano. Esse esforço reafirma a vinculação entre o agir e o pensar, o que pode ocorrer, tanto com um artesão, como com um regente de uma orquestra. A principal característica do artífice que é o engajamento.

Esse engajamento, face ao desenvolvimento tecnológico, por exemplo, o uso do robô na industria, leva o ser humano a encarar os seus limites. O autor denomina isso de “fracasso salutar”, pois na medida em que o ser humano encara os seus limites, faz com que enxergue sua obseção pela perfeição, o que em tese pode levá-lo a desmotivação.

A busca pelo equilíbrio, em meio aos paradoxos do mundo moderno, o artífice tem uma “consciência material”, ou seja, no fundo todo artífice tem essa consciência, que está relacionada as coisas (as ideias, as representações, os pensamentos, as ações concretas e cotidianas), em outros termos, o mundo material objetivo está interligado ao mundo das ideias, e por tanto, é uma consciência em relação ao seu trabalho e seu impacto na vida e no mundo, é uma “consciência engajada”.

Essa consciência material e o seu engajamento, é decorrente a noção de interligação entre o pensar e o agir, que se materializa no modo de fazer as atividades do artífice, ou seja, a relação da mão com o cérebro. Para isso, o autor dá vários exemplos práticos, como a

atividade de uma orquestra até as atividades de uma oficina de fabricação de violoncelo. Mostra em ricos detalhes, como o trabalho manual, está interligado ao cérebro, pois as ações para realizar a tarefa requer uma série de movimentos, gestões, e por tanto rituais, que fazem desse realizar um momento de absorção, tanto para os acertos como para com os erros.

Segundo Sennett, a mão se tornou uma ferramenta humana ao longo da história, a partir dos seus usos. A técnica corporal da preensão, que surgiu no processo evolutivo, é como uma tentativa de agarrar o sentido por meio da ação. A técnica é o que suporta a expressão porque abre o horizonte de erros e, conseqüentemente, de acertos: “Tenho um padrão de referência que me diz o que estou buscando, mas meu compromisso com a verdade reside no simples reconhecimento de que cometo erros [...]. **Devo dispor-me a cometer erros, tocar notas erradas, para eventualmente acertar.**” (p. 180) [grifo nosso]. Há uma dialética entre a maneira correta e a experiência do erro: é o desenvolvimento a partir da técnica.

“Fazendo alguma coisa acontecer mais de uma vez, temos um objeto de reflexão; as variações nesse ato propiciador permitem explorar a uniformidade e a diferença; a prática deixa de ser mera repetição digital para se transformar numa narrativa; movimentos adquiridos com dificuldade ficam cada vez mais impregnados no corpo; o instrumentista avança em direção a maior habilidade. (Sennett, 2009, p. 181).

Devido a sua experiência como música, Sennett, apresenta o conceito de ensaio, como sendo um fator primordial área a atividade humana, tanto para o aperfeiçoamento, como para a superação dos erros. Nossa história humana é repleta de momentos de ensaios.

Essa relação e entendimento, para a discussão sobre a dialógica do fracasso dos EES, são fundamentais, pois, ao ignorar o erro, joga-se fora e despreza o que de mais valioso existe na condição humana para o processo de inovação através do aprendizado efetivo extraído da experiência prática cotidiana. O que acreditamos ser muito pertinente para o desenvolvimento das atividades dos EES na atualidade, assim como a questão do ensaio, que sem dúvida poderíamos considerar, por exemplo, o processo de incubação como um ensaio, que a partir dessa consciência do fracasso como processo dialógico, pode ser mais potencializado.

Nessa perspectiva, para Sennett, é possível apreender novos conhecimentos e novas técnicas, mas esta relação de aprendizado está ligada à disposição de experimentar e considerar os erros como forma de aprimoramento. O que ocorre num processo de repetição, como no ensaio de uma orquestra. Mas não é uma repetição mecânica e fragmentada, e sim uma repetição que permite o seu aperfeiçoamento através de repetir com consciência das coisas, o que faz da repetição um ato de aperfeiçoamento, pois o envolvimento na atividade não é obrigatória, mas engajada e tem um forte envolvimento emocional no processo, o que faz a ligação entre mente e corpo.

Nesse sentido, para a Economia Solidária no Brasil, esse ponto é crucial, pois, na medida em que grande parte dos trabalhadores estão nos EES pela sobrevivência (real), e não por

consciência (ideal), sendo que, ao surgir outra alternativa, eles abandonam os EES. Assim, vemos que a aplicação da filosofia do artífice se mostra interessante como forma de despertar uma nova consciência e engajamento do trabalho, onde as habilidades individuais são aplicadas de modo a gerar benefícios comuns.

Desta forma, Sennett, defende que o processo de instrução/capacitação é vital, mas que deve ser feito com clareza e não separar o que se diz com o que se faz, ou seja, “mostre em vez de dizer”. Essa relação vem da origem das Oficinas da Idade Média, onde o mestre, além de dizer o que fazer, mostrava na prática os procedimentos (métodos e técnicas) que deveriam ser usados e a pericia de sua aplicação. Por isso Sennett, critica os manuais atuais que não usam uma linguagem que estimule o pensar e o agir juntos.

Demonstrando com isso, que essa relação de boa instrução, troca de conhecimento e aprendizado interativo, leva a enfrentar concretamente barreiras nas relações entre as pessoas, daí a importância de saber lidar com as resistências e as ambiguidades do trabalho. O artífice procura trabalhar resistências, mas também procura ser pró-ativo, ou seja, não é negar o conflito, mas trabalha-lo e seguir em frente o que pode ser feito com novas configurações do problema a ser enfrentado.

Nisso, requer o aprimoramento das habilidades do artífice, que passa pelo “desejo de fazer uma coisa, e fazê-lo bem feito” o que se constitui como marca e essência da filosofia do artífice. Esse desejo é pessoal, mas não está desvinculado do processo social, e por tanto dos processos de interação entre os sujeitos, mas não de forma imposta, ou por uma noção de uma “ditadura do coletivo”, ou ainda, como sinaliza o autor em Juntos, uma solidariedade de cima para baixo, e uma lógica do “nós contra os outros”.

Mas isso requer um ambiente organizacional favorável a esse movimento e atitude. Pois, como o autor ressalta, não basta capacitar os trabalhadores, e criando assim especialistas, é preciso criar uma forma de gestão que favoreça a socialização, interação e transferência de conhecimento. Nesse sentido, qualquer pessoa pode ser um artífice.

Nesse sentido, Sennett, defende que as habilidades do artífice estão na esfera do desejo, da motivação em fazer uma tarefa bem feita, com consciência material e engajamento na tarefa, e na busca pela qualidade do que se faz, nisso, a motivação, o sentido do trabalho é mais importante do que o talento. O que pode e deve ocorrer considerando o tempo e o hábito.

O tempo, na atual divisão do trabalho, segundo o autor, na atual sociedade capitalista, é o principal obstáculo da integração de relações sociais saudáveis e profundas, ou seja, tudo deve ser feito muito rápido, a vida tem que ser vivida pensando hoje. E o hábito, é destruindo, pois a repetição consciente para o aperfeiçoamento, num mundo líquido, fluido e rápido, não é possível, mas pode ser buscada.

Em linhas gerais, nessa primeira obra, O Artífice, Sennett, usando a figura e filosofia do artífice e da maestria do artesanato, centra o esforço analítico sobre a temática trabalho, dando três grandes ênfases, que para a Economia Solidária, parecem ser de grande

importância: i) o trabalho é que nos coloca no mundo e define as relações que estabelecemos, mas o mesmo, precisa ser feito, com consciência, com motivação, com engajamento; ii) esse fazer, e trabalhar não é neutro, nem os objetivos que são gerados, tem um sentido, tem um propósito; iii) é importante ter orgulho e motivação pelo trabalho que é feito, mas ao mesmo tempo, não pode se constituir numa cegueira.

Em outras palavras, o trabalho tanto pode propiciar o bem, como o mal, o que rompe com a visão ingênua do trabalho humano, isso leva o artífice estar sempre alerta quanto às dimensões éticas de seu trabalho. E isso fica ainda mais claro na segunda obra do autor, *Juntos* (Sennett, 2012) onde a aplicação da filosofia do artífice está intrinsecamente relacionado ao processo de cooperação e solidariedade no trabalho. O que nos leva a crer que sua importância maior está para ajudar a repensar a Economia Solidária a partir do fracasso, como estamos aqui defendendo.

Pois, em *Juntos*, a cooperação, temática central do livro, é visto como uma habilidade, onde permeiam as ações do artífice, e o aperfeiçoamento das habilidades da artesanaria. Não vamos alongar e aprofundar essa obra, mas destacar os principais pontos que explicitam ainda mais a filosofia do artífice e sua relação com a Economia Solidária.

O primeiro ponto é destacar que a cooperação é para o autor “[...] uma troca em que as partes se beneficiam [...] o apoio recíproco está nos genes de todos os animais sociais, eles cooperam para conseguir o que não podem alcançar sozinhos.” (Sennett, 2012, p. 15)

Nesse sentido, a cooperação tem múltiplas facetas. Ela pode ser benéfica, pode ser maléfica, pode ser formal ou informal, e é de fundamental importância para a vida humana, ou seja:

“[...] a cooperação azeita a máquina de concretização das coisas, e a partilha é capaz de compensar aquilo que acaso nos falte individualmente. A cooperação está embutida em nossos genes, mas pode ficar presa a comportamentos rotineiros; precisa desenvolver-se e ser aprofundada. O que se aplica particularmente quando lidamos com pessoas diferentes de nós; com elas, a cooperação torna-se um grande esforço.” (idem, p. 9)

O autor aborda a questão, a partir de uma abordagem dialógica inspirado no estilo do escritor Frances Montaigne, onde existe uma preocupação com análise de coisas práticas da vida cotidiana. E com isso, defende que a cooperação deva ser dialógica, e não dialética. Essa última, encerra uma lógica de fim em si mesmo, já a dialógica, amplia o processo de aprendizado, mesmo e principalmente, com os erros as falhas, sendo valorizado o dialogo com outros saberes.

Entendendo a cooperação como habilidade, explica Sennett, que o cooperar é um ato natural do ser humano, está em seu gene. Apresenta exemplos de estudos na infância na área da psicologia. No entanto a nova cultura do capitalismo (Sennett, 2006) tem criado um efeito de desabilitação dessa habilidade de cooperar intensamente. Considera que a relação competição e cooperação estão juntas, dada a natureza humana, mas que a cultura

consumista e fragmentada do trabalho e a drástica alteração da noção de tempo e do hábito, geram forma de cooperação fraca e superficial. Ou seja:

“As mudanças modernas na esfera do trabalho debilitaram de outra maneira ainda o desejo e a capacidade de cooperar com os outros (...) Em princípios toda organização moderna é favorável à cooperação; na prática, esta é inibida pela estrutura das organizações modernas – o que é reconhecido nas decisões gerenciais sobre o ‘efeito de silo’, o isolamento de indivíduos e departamentos em diferentes unidades, pessoas e grupos que pouco compartilham e na verdade retêm informações valiosas para os outros.” (idem, p. 19)

A cooperação profunda requer a prática da filosofia do artífice, e o desenvolvimento das habilidades dialógicas, a saber: i) ouvir com atenção, ii) agir com tato, iii) encontrar pontos de convergência, iv) gestão de conflitos e discórdias, v) evitar a frustração em decisões difíceis.

Essas habilidades, o autor extrai de uma longa e profunda análise, onde identifica os impactos do processo de modernização, principalmente na virada do século VII e VIII, destacando os eventos como a Revolução Francesa, Reforma Protestante e os movimentos operários revolucionários do século XIX. Ressalta a importância da diplomacia, dos rituais de negociação, identificados no chamado processo “civilizatório”, e que culminou, entre tantos outros efeitos, no processo de paz e mudança das guerras sangrentas até então provocadas pelas religiões ou luta por territórios. E que hoje podem e devem ser resgatados.

Voltando a questão da cooperação, um dos fatores que identificam a cooperação fraca, como consequência do processo de desabilitação da habilidade de cooperar de maneira intensa, é que as pessoas perderam a capacidade de interação social, a partir de laços mais profundos e comprometidos. Nesse sentido, a cooperação é usada como estratégia de conseguir o que não se consegue sozinho, alcançado o interesse particular, usam a estratégia da Psicologia da Retirada.

Para melhor demonstrar isso, o autor enfatiza que a cooperação intensa só pode ser restabelecida a partir das ações que alteram os hábitos das pessoas, e reforçam os laços sociais profundos, o que só ocorre a partir do estimulando mais da empatia, do que a simpatia.

Pois, a simpatia tem uma noção dialética de antítese-síntese, ou seja, enfatiza uma recompensa emocional, já a empatia, representa uma troca dialógica, que estimula a troca na experiência, o que vem pela curiosidade e o engajamento de fazer uma tarefa bem feita, o que é possível através da conversa dialógica empática, que é feita pelo ouvir atento.

Desta forma, assim como a cooperação está sendo desabilitada, ela também pode ser moldada e fortalecida. Para isso, é preciso questionar o processo histórico de uma solidariedade que pretensamente uniria as pessoas, contra o mostro do sistema capitalista, mas que no fundo usou mais coerção do que coesão. Sennett, faz uma dura crítica ao erro da velha esquerda do século XX, que impôs uma solidariedade de cima para baixo, o que resultou numa rejeição a esse processo.

Nesse sentido, o equilíbrio e o desenvolvimento de uma cooperação forte e intensa, vem pela vivência espontânea, pela valorização da comunidade, das habilidades sociais natas e inatas, e sobre tudo, do respeito e valorização dos rituais, da política que envolvem a cooperação, principalmente a existência de valores competitivos.

Uma das formas de desenvolver a cooperativa dialógica, além das habilidades dialógicas apontadas, o autor propõe a atenção ao que ele denomina de triângulo social, ou seja: relações de cooperação, autoridade e confiança. A não atenção a essa triadi leva as pessoas a praticarem a Psicologia da Retirada, como já foi mencionado, ou seja, “[...] contempla um novo tipo de caráter que surge na sociedade moderna, um ex-cooperativo, desprezado para lidar com a complexidade e a diferença.” (Sennett, 2012, p. 49)

É preciso então que se desenvolva e dissemine a ideia de uma cooperação dialógica, fundada na escuta do outro, criada de baixo para cima, gerida pela aceitação das diferenças, e gestão dos conflitos de forma diplomática, valorizando os erros, potencializando os acertos, e aprendendo com ambos. Tal perspectiva pode perfeitamente ser aplicada em várias áreas da vida humana, mas principalmente, como aqui estamos defendendo, nas políticas sociais e principalmente na gestão e organização dos EES.

Considerações finais.

Ao longo da apresentação, procuramos mostrar que a análise dos EES pelo fracasso e não pelo sucesso, é decorrente de uma abordagem dialógica e não dialética, que vê, principalmente na proposta de Sennett, da filosofia do artífice, o fracasso como característica inerente do ser humano que faz que pensa, que constrói e do desejo de fazer algo bem feito, e faz.

E através do erro, até mais do que dos acertos, é possível recompor novos arranjos de ações na perspectiva de um processo de cooperação dialógica, que funda na escuta atenta, na troca profunda, no interesse genuíno de uma solidariedade e cooperação espontânea que flui da cooperação intensa do viver na experiência, de colaboração e reciprocidade, que vem de uma vontade de fazer as coisas bem feitas.

Procuramos mostrar que os estudos empíricos de estudo de caso, onde identificamos dimensões do fracasso como a gestão, falta uma legítima cooperação e solidariedade, onde o que mais se intensifica é o interesse individual, decorrente a um contexto que favorece esse comportamento. Vimos que estes dados são corroborados pelos dados da meta-análise bibliográfica sistematizada, sobre gestão dos EES, onde os pilares da Economia Solidária, cooperação e autogestão, apresentam baixo índices de efetivação, e vários estudos sinalizando essa fragilidade, expondo que teoricamente, existe um ideal do fazer Economia Solidária, mas no fazer diário o caminho é outro.

O que desafia a pensar e repensar a cooperação, a solidariedade e o trabalho coletivo. No que apresentamos, como possibilidade, viável e coerente, a proposta da filosofia do artífice de Sennett, que vê a cooperação como uma das ações humanas de maior importância para a

construção da vida em sociedade, por tanto a mesma é uma habilidade social que deve ser desenvolvida a partir de outras habilidade e competências humanas aqui apresentadas.

Por fim, são várias as discussões dessa temática e do pensamento e proposta de Sennett, são valiosas e ricas para o debate da Economia Solidária de forma geral e da gestão dos EES de forma específica. Em síntese essa é a filosofia do artífice, que fica mais bem expresso nas próprias palavras de seu criador,

“O *artífice* explora essas dimensões de habilidade, empenho e avaliação de um jeito específico. **Focaliza** a relação íntima entre **mão** e a **cabeça** [...] sustenta o **diálogo** entre **práticas concretas** e **ideias** [...] **criam** um ritmo entre a **solução** de problemas e a **deteção** de problemas.” (Sennett, 2009, p.20)

E se considerarmos, as questões colocadas nos tópicos anteriores, e principalmente a constatação entre o que é ideal e real na Economia Solidária, acreditamos que essa abordagem seja no mínimo interessante para ser conectada a questão da gestão dos EES, bem como, nos leva a repensar o modo como temos tratado e executado ações para o processo de fortalecimento da cooperação, do trabalho coletivo e da solidariedade. E sem dúvida, como aqui estamos defendendo, isso passa pelo entendimento do fracasso como processo dialógico.

Bibliografia

ANDION, Carolina. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de um a problemática. **Revista Administração Pública**, v.32.n.1, p.70-84, 1998

ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In KRAYCHEQUE, G. **Economia Solidária dos setores populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 199-223

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatório dos empreendimentos econômicos solidários- 2005- 2007**, 2007.

DEMO, Pedro. Solidariedade como efeito de poder. São Paulo; Cortez e Instituto Paulo Freire, 2002.

FRANÇA F.; LAVILLE J. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, C.G.A. Temática da Economia Solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. In: Eneo, anais, 2002

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e Prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação. In: **Civitas (Porto Alegre)**, v. 7, p. 155-174, 2007.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. In: **Bahia Análise & Dados**, Salvador - Bahia, v. 12, n.01, p. 09-19, 2002b.

FRANÇA FILHO, G. C.A Temática da Economia Solidária e suas Implicações Originais para o Campo dos Estudos Organizacionais. In: **II ENEO**. Anais... 2002.

GAIGER, Luiz I. Os empreendimentos econômicos solidários diante do modo de produção capitalista. In: **Revista Caderno CRH**. Salvador, UFBA, n.39, p. 181-211, 2003.

LEITE, Marcia de Paula. A Economia Solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista RBCS**, vol. 24, n. 69, fev/2009

LIMA, Jacob Carlos. Paradoxos do trabalho associado. **Revista Tempo Social**, revista de sociologia da USP, SP, v.21, n. 1, p. 119-132, junho de 2009

MATURANA, Humberto. **Cognição Ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001

MOURA, Maria Suzana e MEIRA, Ludimila. Desafios da gestão de empreendimentos solidários. **Revista Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI v.12 n. 1 p. 77-84, junho, 2002

NARDI, Henrique Caetano e RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da economia solidária. **Revista Psico**, v.40, PP.458-466, out/dez, 2009

OLIVEIRA, Edson Marques. Por que empreendimentos sociais solidários “fracassam”? elementos de uma possível acomodação induzida. In **Anais III Colóquio de Doutores do CES**, Universidade de Coimbra: Coimbra, Portugal, 2012, disponível em <http://www.ces.uc.pt/coimbrac/pages/pt/comunicacoes-e-posters/806---edson-oliveira.html>

OLIVEIRA, Edson Marques. Relatório Pós-Doutoramento CES/PROSTAD. **Elementos de acomodação induzida e desafios da efetivação emancipatória dos empreendimentos de economia solidária: um estudo comparado Brasil/Portugal** Coimbra/Portugal, 2014 (mimeo)

ONUMA, Fernanda Mitsue Soares, MAFRA, Flávia Luciana Naves e MOREIRA, Lilian Barros **Autogestão e subjetividade: interfaces e desafios na visão de especialistas da ANTEAG, UNISOL e UNITRABALHO**. *Cad. EBAPE.BR*, Mar 2012, vol.10, no.1, p.65-81.

PALMIERI, Marilícia W. A.; BRANCO, Angela Uchoa. Cooperação, competição e individualismo em uma perspectiva sócio-cultural construtivista. **Revista Psicologia: reflexão e crítica**, 2004, 17 (2), p. 189-198

PAULI, J.; BENDER, N.; ZANELLA, W. Perfil de liderança em empreendimentos de economia solidária. **Revista Perspectiva**, Erechim, v.37, n 138, p.93-104, junho/2013

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia Solidária: uma revisão teórica a partir dos seus “múltiplos” conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5 , p. 85-105, Nov. 2012/abr 2013

ROCHA, João Batista de Campos. A nossa natureza humana: um colóquio entre Atahualpa, Maturana e Morin. **Revista Phronesis**, curso de Direito da FEAD, n. 9, jan/dez, p. 111/123, 2013

SANTANA JUNIOR, G. **A Economia Solidária em face da dinâmica da acumulação capitalista: da subordinação a um novo modelo de regulação social ?** (tese de doutorado). Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração da UFBA, 2007.

SATO, Leny et.all. **As tramas psicossociais da cooperação e da competição em diferentes contextos de trabalho**, disponível em < <http://seer.psicologia.uerj.br>> acesso em 06/10/2014

SENNETT, Richard. **Autoridade**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e acidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro: Record, 1999

SENNETT, Richard. **Corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 1999

SENNETT, Richard. **Juntos**. Tradução de Clóvis Marques. Juntos: os rituais os prazeres e a política da cooperação. Rio de Janeiro: Record, 2012

SENNETT, Richard. **O artífice**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009

SENNETT, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004

SIMIONI, José Flávio et.all. Lealdade e oportunidade nas cooperativas: desafios e mudanças na gestão. **RESR, Piracicaba**, SP, vol. 47, n 03, p. 739-765, jul/set, 2009

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002

SNYDER, C.R.J., LOPES, S. **Psicologia Positiva; uma abordagem científica e prática das qualidades humanas**. Tradução Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 397-420

TAUILE, J. R. Do socialismo de mercado à Economia Solidária. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, 6 (1) p. 107 – 122, jan/jun, 2002

TAYLOR, Charles. **Imaginários sociais modernos**. Tradução Artur Mourão. Lisboa, Portugal: Edições Texto & Grafia Ltda, 2004

VILELA, José Ricardo de Paula Xavier; NETO, Antonio Carvalho; LOPES, Humberto Elias Garcia. Dirigentes de empresas privadas e de cooperativas: quem é mais autoritário? Uma visão do poder das organizações baseada na escala “F” de Adorno. In **Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da AnPAD**, Belo Horizonte, MG, 2008

ZIZEK, Slavoj. **Viver no fim dos tempos**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa, Ed. Relógio D’água, 2011